



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 72, DE 2012** **(nº 370/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o § 2º do art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Os méritos do Senhor Paulo Uchôa Ribeiro Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita de A. Russell.

Brasília, 16 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota


Brasília, 16 de julho de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, § 2º, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO**, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Democrática do Congo.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

CONSELHEIRO PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO

CPF.: 371.521.731-68

ID.: 11152 MRE

1966 Filho de Paulo Uchoa Ribeiro e Maria Izabel Rolim Ribeiro, nasce em 24 de setembro, em Brasília/DF

Dados Acadêmicos:

1988 Relações Internacionais pela Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília/DF
1989 Instituto de Relações Internacionais da Universidade Sophia, Tóquio/Japão, Pesquisador
Tese de mestrado, "United Nations: Japan's quest for autonomy and search for security in an interdependent world"; Mestrado em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Escola de Cultura Comparada da Universidade Sophia, Tóquio/Japão
1992
1994 CPCD - IRBr
2003 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBR, "Relações Brasil - Arábia Saudita: Novas Perspectivas"

Cargos:

1995 Terceiro-Secretário
2001 Segundo-Secretário
2006 Primeiro-Secretário, por merecimento
2008 Conselheiro, por merecimento

Funções:

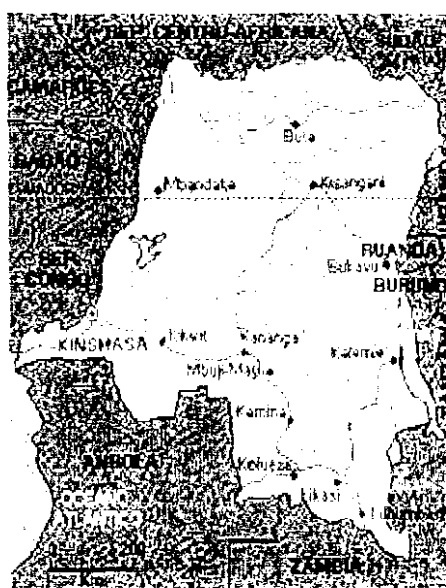
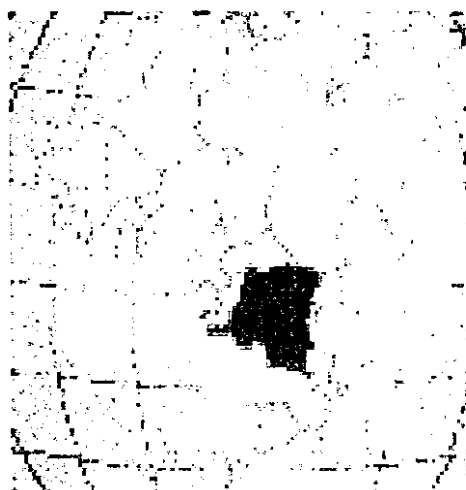
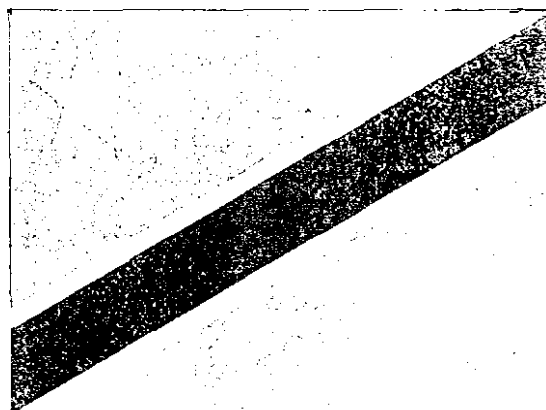
1996 Departamento da Europa
1996 Divisão da Europa I, assistente
1997 Embaixada em Oslo, Terceiro-Secretário e Encarregado de Negócios em missão transitória
1999 Governo do Distrito Federal, Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial
2000 Organização das Nações Unidas, Conselho Consultivo do Timor Leste, Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste, Departamento Político, Assessor Especial
2001 Governo do Distrito Federal, Assessor Internacional e Chefe do Cerimonial
2002 Embaixada em Paris, Segundo-Secretário
2005 Embaixada em Riade, Segundo-Secretário, Conselheiro comissionado e Encarregado de Negócios
2006 Embaixada em Amã, Núcleo Iraque, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006 Embaixada em Bagdá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006 Embaixada em Beirute, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007 Embaixada em Doha, Encarregado de Negócios em missão transitória
2007 Escritório de Representação em Ramalá, Encarregado de Negócios em missão transitória
2008 Embaixada em Riade, Encarregado de Negócios em missão transitória
2008 Consulado-Geral em Beirute, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2009 Embaixada em Bagdá, Conselheiro em missão transitória
2009 Embaixada em Riade, Conselheiro e Encarregado de Negócios
2010 Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em missão transitória
2011 Consulado-Geral em Nova York, Conselheiro

Condecorações:

1999 Ordem do Mérito Brasília, Governo do Distrito Federal, Brasil, Grã-Cruz
1999 Ordem Dannebrog, Dinamarca, Cavaleiro
1999 Mérito D. Pedro II, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999 Mérito Alvorada, Governo do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999 Mérito Buriti, Governo do Distrito Federal, Brasil, Medalha
1999 Ordem do Mérito Cultural, Governo do Distrito Federal, Brasil, Comendador
1999 Mérito Fu Shingkan, Taiwan, Medalha
2000 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2000 Mérito Tiradentes, Polícia Militar do Distrito Federal, Medalha


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC)



OSTENSIVO
Informação ao Senado Federal
Julho de 2012

NOME OFICIAL	República Democrática do Congo
GENTÍLICO	Congolês
CAPITAL	Kinshasa
ÁREA	2.344.858 km² (1,5 vez o Estado do Amazonas)
POPULAÇÃO (2011)	74,7 milhões de habitantes (est. FMI 2012)
IDIOMAS	Francês (oficial); lingala, quicongo, kituba, suaíli e tshiluba ("línguas nacionais")
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (50%), Evangélicas (20%), Islã (10%), Religiões autóctones (20%)
SISTEMA DE GOVERNO	Semipresidencialismo bicameral
PODER LEGISLATIVO	Bicameral Câmara Baixa: Assembleia Nacional Câmara Alta: Senado
CHEFE DE ESTADO	Presidente Joseph Kabila Kabange (desde jan/2001)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Augustin Matata Ponyo (desde abril/2012)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Raymond Tshibanda (desde maio/2012)
PIB nominal (2011)¹	US\$ 15,668 bilhões (Brasil: US\$ 2,5 trilhões)
PIB PPP (2011)¹	US\$ 23,135 bilhões (Brasil: US\$ 2,3 trilhões)
PIB nominal per capita (2011)¹	US\$ 185,841 (Brasil: US\$ 12.788)
PIB PPP per capita (2011)¹	US\$ 328,346 (Brasil: US\$ 11.769)
VARIAÇÃO DO PIB (%)¹	6,7 (est. 2013); 6,4 (est. 2012); 6,9 (2011); 7,0 (2010); -2,8 (2009); 6,1 (2008); 6,2 (2007)
IDH^{2,3}	0,286 (187º de 187 países);
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER^{2,3}	48,4 anos (2011) (Brasil: 73,5; mundo: 69,8)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO³	66,8% (2009) (Brasil: 90%; mundo:)
ÍNDICE DE DESEMPREGO⁴	8,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Congolês (FC) –1 US\$ = 922,75 FC
EMBAIXADOR NA RDC	A ser designado
EMBAIXADOR NO BRASIL	A ser designado
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2011)	64 brasileiros

(1) Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weosemgr.aspx>

(2) Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

(3) Disponível em <http://hdr.undp.org/en/data/profiles/>

(4) Disponível em <http://fic.wharton.upenn.edu/fic/áfrica/Dem%20Rep%20Congo%20Final.pdf>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões F.O.B) –Fonte: MDIC (junho de 2012)

Intercâmbio	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Intercâmbio	9,39	13,40	17,10	150,96	209,89	57,28	58,56	41,68	188,61	121,66	21,7
Exportação	9,17	13,03	16,88	18,52	35,13	53,43	53,78	31,50	81,47	25,86	15,9
Importação	0,22	0,36	0,22	132,43	174,75	3,84	4,783	10,18	104,14	95,77	5,76
Saldo	8,95	12,66	16,66	-113,91	-139,62	49,59	49,00	21,31	-25,55	69,94	10,23

JOSEPH KABILA KABANGE
Presidente

Joseph Kabila Kabange nasceu em 04/06/1971, em Fizi, Província do Kivu do Sul, situada no leste da RDC. Devido às atividades políticas de seu pai, Laurent Kabila, que combatia o regime de Mobutu Sese Seko, cursou o ensino médio no Liceu Francês de Dar-es-Salaam, Tanzânia, onde também passou por treinamento militar.

Lutou ao lado do pai na guerra de 1996-97 contra o regime Mobutu, que tombaria em maio de 1997, quando Laurent Kabila assume o poder. Em 1998, fez estágio militar na Universidade de Defesa de Pequim. No mesmo ano, retornou à RDC e foi nomeado General e Subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Em 2000, assumiu a Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Em janeiro de 2001, aos 29 anos de idade, assumiu a Presidência da República após o assassinato de seu pai. Em outubro de 2006, foi eleito Presidente da República para um mandato de cinco anos, no segundo turno das primeiras eleições presidenciais diretas realizadas no país.

Em dezembro de 2011, foi reeleito Presidente no primeiro turno, para novo mandato de cinco anos. A organização do pleito foi contestada por parte da comunidade internacional.

AUGUSTIN MATATA PONYO MAPON
Primeiro-Ministro

Augustin Matata Ponyo Mapon nasceu em 05/06/1964, em Kindu, Província de Manieba, centro-leste da RDC. Formou-se em Economia pela Universidade de Kinshasa, onde lecionou entre 1988 e 2000. Trabalhou no Banco Central do Congo (1990 a 2003) e no Ministério das Finanças (2001 a 2003). De 2003 a 2010, foi Diretor-Geral do Escritório Central de Coordenação, órgão do governo congolês criado para atuar em concerto com os principais provedores de cooperação ao país. Em fevereiro de 2010, foi nomeado Ministro das Finanças. Em abril de 2012, foi designado Primeiro-Ministro pelo Presidente Joseph Kabila.

Avalia-se que a escolha de Ponyo refletiria a preocupação do Presidente Kabila em enviar mensagem aos investidores externos de que o Governo dará prioridade ao aprimoramento do ambiente de negócios na RDC. Ao nomear Ponyo, Kabila buscava, ainda, dar orientação gerencial ao cargo de Primeiro-Ministro e concentrar em suas mãos a condução de temas essencialmente políticos.

RAYMOND TSHIBANDA N'TUNGAMULONGO
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Francofonia

Nascido em Lomela, na província do Kasai Oriental, em 20 de novembro de 1950, Raymond Tshibanda N'tungamulongo licenciou-se em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade do Zaire, em 1977. Entre 1979 e 1982, cursou pós-graduação em Relações Internacionais, Economia do Desenvolvimento e Administração Pública pela Universidade de Pittsburgh, EUA. De 1988 a 1991, trabalhou no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Tshibanda retornou à RDC em 1991, quando foi nomeado Diretor de Gabinete Adjunto do Primeiro-Ministro. Participou ativamente da organização da Conferência Nacional Soberana e, em 1994, assumiu papel de destaque nas negociações que levariam ao fim do regime de Mobutu. Atuou, entre 1994 e 1996, como presidente e porta-voz da oposição. Em 1996, foi nomeado Ministro do Meio-Ambiente, Conservação da Natureza e Turismo.

Foi Vice-Ministro do Planejamento de 2003 a 2006. Em 2006, foi coordenador da campanha de Joseph Kabila à presidência e Chefe de Gabinete do Presidente, entre 2007 e 2008. Em 2008, assumiu o cargo de Ministro da Cooperação Internacional e da Francofonia. Conduziu as negociações de paz que levaram à assinatura dos Acordos de Goma em março de 2009, pelo qual o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), grupo armado que atuava no leste do país, abandonou oficialmente as atividades rebeldes. Na condição de Ministro da Cooperação, representou a RDC em diversos eventos internacionais, como a sessão do Conselho Segurança das Nações Unidas (CSNU) em que foi renovado o mandato da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em junho de 2011.

Em abril de 2012, com a composição do novo governo do Presidente Kabila, assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Francofonia.

Vale ressaltar que Tshibanda esteve no Brasil em agosto de 2011, como chefe da delegação congoleza que integrou a III Sessão da Comissão Mista Brasil – RDC.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a RDC, então Zaire, em 1968. As relações bilaterais experimentaram forte impulso em abril de 1972, com a criação da Embaixada do Brasil em Kinshasa. Em novembro do mesmo ano, visitou aquela capital o Chanceler Mario Gibson Barboza, ocasião em que os primeiros atos bilaterais foram assinados: a “Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural” e uma Declaração Conjunta. No ano seguinte, visitaria Brasília o Ministro dos Negócios Estrangeiros congolês, Nguza Bond, que assinou junto com sua contraparte brasileira cinco acordos, dentre os quais um “Acordo de Cooperação Técnica e Científica”, um “Acordo Comercial” e um “Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos”.

A RDC estabeleceu Embaixada em Brasília em 1974. Em 1980, após um período de pouco dinamismo das relações bilaterais, seria realizada em Brasília I Sessão da Comissão Mista Bilateral. Sete anos mais tarde, missão oficial de autoridades congolêses resultaria na assinatura de três atos bilaterais, dentre os quais um Acordo no setor de transportes e um Protocolo complementar sobre a exploração da mina de ouro de D7 Kanga. A II Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC ocorreu um ano depois (1988).

Durante os anos seguintes, a instabilidade do país, ainda sob a liderança de Mobutu, restringiu as possibilidades de estreitamento das relações entre os dois países. A Embaixada do Brasil em Kinshasa foi desativada em 1997 em razão da II Guerra do Congo, e seria reaberta apenas em 2004.

Em março de 2005, Jean-Pierre Bemba, à época um dos quatro Vice-Presidentes do Governo de transição encabeçado por Laurent Kabila, visitou o Brasil, onde foi recebido pelo então Vice-Presidente José Alencar e pelos titulares das pastas do MDIC e do MME. Durante a visita, discutiram-se oportunidades comerciais e perspectivas de cooperação bilateral. A então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, aventou a negociação de memorandos de entendimento entre empresas dos setores de energia elétrica e mineração de ambos os países.

Em outubro de 2006, teve início a missão do Exército Brasileiro na RDC, destinada a manter a segurança da Embaixada do Brasil em Kinshasa. Desde então, a missão vem sendo periodicamente renovada, uma vez que a situação no país ainda inspira cuidados. Regularmente, os militares brasileiros expõem à comunidade brasileira local as medidas a serem tomadas na hipótese de novos conflitos de maiores proporções atingirem Kinshasa.

Em 2007, o Ministro dos Hidrocarbonetos da RDC visitou o Brasil com o objetivo de estabelecer contato com empresas brasileiras do setor de petróleo. Resultado da sua visita foi a assinatura, em 2008, de memorando de entendimentos

entre a empresa brasileira HRT ("High Resolution Technology") - Petroleum e o Ministério dos Hidrocarbonetos, visando à avaliação de jazidas petrolíferas existentes no Centro-Norte do país, na região conhecida como "Cuvette Centrale".

Em maio de 2009, o então Ministro da Defesa Nelson Jobim visitou Kinshasa, ocasião em que manteve reuniões de trabalho com o Ministro da Defesa Nacional e dos Antigos Combatentes e com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, ademais de ser recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro Adolphe Muzito. Foram discutidos, entre outros temas, as possibilidades de cooperação militar bilateral e oportunidades de comércio de material bélico. Naquele mesmo mês, visitou o Brasil o Vice-Ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo, chefiando delegação integrada por altos funcionários e técnicos do Ministério das Minas. O objetivo da missão foi visitar diferentes instalações da VALE, buscando diversificar as opções estratégicas para o setor de mineração do país.

Novo salto qualitativo nas relações bilaterais deu-se com a visita do Ministro Celso Amorim a Kinshasa, em novembro de 2010. A visita deu-se no contexto do anúncio da contribuição brasileira de US\$ 1 milhão para mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual na RDC. Além de manter encontro bilateral com seu contraparte, o Ministro Alexis Thambwe Mwamba, o Ministro Celso Amorim avistou-se com o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU na RDC, Roger Meece, o Diretor do Escritório de Direitos Humanos da ONU, Jean-Luc Max, e a Representante Adjunta da Agência da ONU para Refugiados, Ndeye Ndour. Durante o encontro com o Ministro Mwamba, discutiram-se temas da agenda africana e regional, com ênfase na situação na região dos Grandes Lagos e leste da RDC, e decidiu-se reativar a Comissão Mista Bilateral.

Em agosto de 2011, realizou-se em Brasília a III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, que se revestiu de caráter histórico, uma vez que a última edição do evento havia corrido em 1988. O evento relançou a cooperação entre os dois países, por meio de iniciativas em diversas áreas. As delegações brasileira e congoleza foram chefiadas, respectivamente, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, e pelo então Ministro da Cooperação Internacional e Regional, Senhor Raymond Tshibanda N'Tungamulongo (atual Chanceler). Além de temas que já integram a agenda Brasil-RDC, como educação, comércio e investimentos e cooperação humanitária, as delegações brasileira e congoleza valeram-se da ocasião para compartilhar informações e discutir novas iniciativas em áreas como saúde, agricultura familiar, agroecologia, formação profissional, rádio e televisão e normalização. Ao final do evento, foram assinados Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica nas áreas de agroecologia, agricultura familiar, formação de recursos humanos do setor público de comunicação e normalização.

Foi assinado, também, Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da RDC, instrumento bilateral que possibilitará o ingresso, ainda no segundo semestre de 2012, do primeiro diplomata da RDC no Curso de Formação oferecido pelo Instituto.

Ressalte-se, por fim, que, no plano bilateral, permanece o interesse de ambos os lados em estabelecer mecanismo de consultas políticas bilaterais periódicas. Por sua dimensão territorial e populacional, bem como por sua posição geográfica central no continente africano, o país, em processo de gradual estabilização, deverá desempenhar, no futuro, papel mais relevante no contexto regional.

Cooperação eleitoral

Em novembro de 2005, o então Subsecretário de Assuntos Políticos-II do Itamaraty visitou a RDC, ocasião em que examinou com o Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI), Abade Apollinaire Malumalu, a possibilidade de desenvolver-se programa de cooperação eleitoral. A partir de então, iniciou-se uma série de iniciativas de parte a parte, as quais resultaram em sensível incremento das relações bilaterais. Com o importante apoio de órgãos da Justiça Eleitoral brasileira, foram enviados observadores ao referendo constitucional congolês de dezembro de 2005 e promoveu-se a ida de Juiz do TRE-MG a Kinshasa, em abril de 2006, a fim de ministrar curso sobre contencioso eleitoral a Ministros da Suprema Corte, outros magistrados e membros e agentes da CEI. O mesmo Juiz visitaria a RDC por mais duas vezes, em missão de observador internacional às eleições gerais de 2006.

Em cerimônia realizada em 30 de outubro daquele ano, com ampla cobertura de imprensa, fez-se a entrega oficial de 2.950 urnas de lona doadas pelo Governo brasileiro. Na ocasião, o Brasil foi publicamente reconhecido como um dos países que mais vinham contribuindo para o êxito do processo eleitoral na RDC. Do lado congolês, duas missões chefiadas pelo Presidente da CEI visitaram o Brasil: em outubro de 2006 (por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras) e em maio de 2007.

Cooperação técnica

Em novembro de 2009, técnico da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Kinshasa a fim de discutir o relançamento da cooperação técnica com a RDC. Na ocasião, estiveram presentes representantes do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Saúde Pública e do Ministério da Agricultura da RDC que destacaram interesse em realizar cooperação na área da saúde, em especial na prevenção e combate à AIDS e à malária. Manifestaram, ainda, preocupação com a segurança alimentar do país e com a necessidade de

capacitação de pequenos agricultores na produção de mandioca, banana, milho e arroz. Ao término da visita, os representantes da RDC comprometeram-se a apresentar formalmente suas demandas, a fim de que fossem submetidas à apreciação da ABC e das instituições brasileiras.

No segundo semestre de 2010, a RDC solicitou cooperação técnica na área de transporte marítimo, agricultura e segurança alimentar, bem como capacitação dos profissionais da Radio Televisão Nacional Congolese e apoio ao Instituto Nacional de Preparação Profissional.

Ainda em 2010, técnicos congolese participaram dos cursos realizados no âmbito do Diálogo Brasil-África sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural, que visavam a apresentar o trabalho das diversas instituições brasileiras (Embrapa, SENAR, Ministérios) na área de agricultura, pecuária e segurança alimentar.

Em fevereiro de 2011, a ABC realizou missão de prospecção a Kinshasa. A delegação foi composta por representantes do SENAI, da Embrapa, da União Planetária, da Universidade Federal de Lavras (UFL) e da Marinha do Brasil. A missão resultou na negociação de cinco projetos de cooperação técnica, dos quais três seriam assinados por ocasião da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, realizada em agosto de 2011, em Brasília: "Formação de recursos humanos do setor público de comunicação da RDC", a ser executado pela União Planetária; "Apoio ao Cultivo do Café Kivu na República Democrática do Congo, no âmbito da Agroecologia, tendo-se como Referência, as Ações Extensionistas Participativas para Agricultura Familiar Desenvolvidas no Projeto Carrancas", já em fase de implementação pela UFL; e "Capacitação em agroecologia e agricultura familiar, para a produção de alimentos básicos e fundamentais, no viés da segurança alimentar e suas correlações econômicas e socioambientais". Os outros dois projetos, na área de biocombustíveis e formação profissional, encontram-se em fase de elaboração, respectivamente, pela Embrapa e pelo SENAI.

Está prevista para julho de 2012 nova missão de prospecção da ABC à RDC, que deverá contemplar as áreas de normatização, em parceria com a ABNT, de formação profissional, em parceria com o SENAI, e de redução de emissões de carbono por desmatamento e degradação (REDD+), em parceria com o MMA.

Cooperação educacional

Desde 2007, o Brasil tem sido o país que mais concede vagas universitárias a estudantes congolese (331 alunos desde então), no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). A RDC é, ademais, após Cabo Verde, o país com maior número de beneficiados pelo Bolsa Mérito, programa que concede bolsas mensais a estudantes-convênio de graduação que demonstrem aproveitamento acadêmico excepcional. Desde a criação do programa, em 2006, 57 congolese já foram agraciados com o benefício.

Assistência humanitária

Em 2009, US\$ 35 mil foram alocados à Embaixada em Kinshasa para aquisição, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar local, para assistência às vítimas de enchentes que atingiram a região do Kasai Oriental.

Em 2011, o Brasil transferiu US\$ 1 milhão ao Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH) com vistas a contribuir com mecanismos de reparação e acesso à justiça para vítimas de violência sexual no país, bem como US\$ 200 mil ao PMA, em apoio a programa destinado a deslocados internos e crianças autóctones do Distrito de Likouala.

Está prevista ainda para 2012 doação de cerca de 7,17 mil toneladas de arroz à RDC.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na RDC é composta unicamente pela Embaixada em Kinshasa. O Brasil não dispõe de consulados honorários no país. Segundo dados de 2011, 65 brasileiros viveriam na RDC, dos quais 54 estariam matriculados no setor consular da Embaixada em Kinshasa. Não há Conselho de Representantes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

A dívida da RDC com o Brasil é de US\$ 1.596.929,53, posição em 18.11.2011, sendo cerca de US\$ 1,3 milhão em atrasados e US\$ 285 mil em vencimentos, decorrente de financiamento de exportações realizadas em 1975 por meio do FINEX.

No âmbito do Clube de Paris, a RDC atingiu o Ponto de Conclusão da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) em 30 de junho de 2011. O Brasil assinou a Ata de Entendimentos, com a ressalva de que esperava receber os valores devidos, uma vez que a dívida brasileira correspondia a créditos de curto prazo, não negociados pelo Clube.

O Brasil reuniu-se com representantes da RDC em novembro de 2011, em Paris, para negociar a implementação bilateral da ata do Clube. Durante a reunião, as partes acordaram um cronograma de pagamento da dívida em 6 parcelas, com início um mês após a aprovação do contrato de reestruturação de dívida pelo Senado Federal. Os termos da negociação foram aprovados pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE) em janeiro de 2012 e a minuta do contrato está sendo feita pelo Ministério da Fazenda brasileiro para posterior envio às autoridades congoleesas.

Sistema Político

De acordo com a Constituição adotada em 2005, a RDC é um Estado unitário. O sistema de governo é semipresidencialista: o Presidente designa um Primeiro-Ministro que aponta os integrantes do gabinete ministerial. Na prática, porém, o Primeiro-Ministro submete-se ao Presidente, atuando principalmente como um gestor de governo. Cabe ao Presidente definir as linhas de ação governamental e tomar as decisões políticas mais importantes.

O atual Presidente, Joseph Kabila, foi reeleito em novembro de 2011 para mais um mandato de 5 anos. O Primeiro-Ministro Matata Ponyo foi designado pelo Presidente Kabila em março de 2012, após três meses de complexas negociações com os partidos da base governista.

A RDC conta com um poder legislativo bicameral. A Assembleia Nacional, com 500 assentos, constitui a câmara baixa e o Senado, com 108 assentos, a câmara alta. Os atuais Senadores foram eleitos em janeiro de 2006 pelas Assembleias provinciais para um mandato de 7 anos. As próximas eleições para o Senado estão previstas para 2013. Já os atuais representantes da Assembleia Nacional foram eleitos pela eleição geral de novembro de 2011, para um mandato de 5 anos.

A política congoleesa é extremamente fragmentada. Atualmente, mais de 100 partidos estão representados na Assembleia Nacional. 20 partidos compõem a coalizão de governo, com destaque para o Partido do Povo pela Reconstrução e a Democracia (PPRD), do Presidente Kabila, o Movimento Social pela Renovação (MSR) e o Partido Lumumbista Unificado (PALU). Na oposição, figuram a União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), do proeminente político Étienne Tshisekedi, o Movimento de Liberação do Congo (MLC) e a União pela Nação Congoleesa (UNC).

Independência

A RDC tornou-se independente do Reino da Bélgica em junho de 1960, após quase um século de exploração colonial. A frente do movimento de independência destacou-se Patrice Lumumba, carismático líder do Movimento Nacional Congolês (MNC). Por decisão do incipiente Parlamento nacional, Lumumba desempenharia o cargo de Primeiro-Ministro da nova Nação, ao lado do líder da Aliança dos Bakongo (ABAKO), Joseph Kasavubu, como Presidente.

Um mês após a declaração de independência, dissidências ideológicas e movimentos secessionistas nas províncias de Katanga e Kasai Sul dão início a um período de tensão crescente. De modo a proteger seus cidadãos e defender os interesses das grandes mineradoras, a Bélgica envia tropas à sua ex-colônia, no que é secundada pela ONU dias depois.

A crise se agrava quando o Presidente Kasavubu decide demitir Lumumba de seu cargo, que por sua vez reage declarando a inconstitucionalidade dos atos de Kasavubu perante o Parlamento. Acirram-se os ânimos entre os simpatizantes das duas principais figuras políticas do país. Aproveitando-se da circunstância, o recém-nomeado Comandante do Exército Nacional Congolês, Joseph Mobutu, lidera um golpe de estado, com o apoio dos EUA e da Bélgica. Lumumba seria preso e posteriormente assassinado, ao passo que o Presidente Kasavubu se tornaria refém da trama tecida por Mobutu: em 1965, seria deposto juntamente com o Primeiro-Ministro Tshombe, ex-líder separatista da Província de Katanga. Instituiu-se o regime de partido único sobre o país, que passa a denominar-se Zaire a partir de 1971.

Era Mobutu

A Era Mobutu foi marcada pela corrupção em larga escala. As riquezas afluentes das imensas jazidas minerais e o suporte concedido pelos EUA, que viam em sua figura um paladino anticomunista no coração da África, permitiram a Mobutu exercer completo domínio sobre as Forças Armadas e a economia congoleza.

No entanto, o declínio econômico do país em fins da década de 1980 e atritos com os principais prestadores de ajuda externa começaram a erodir as bases de sustentação do regime Mobutu. Em uma manobra voltada a assegurar seu domínio sobre o país, Mobutu promove algumas reformas políticas superficiais e anuncia um governo de transição. A tensão escala em meio às Forças Armadas e tornam-se frequentes confrontos entre militantes contra e a favor do regime.

Em 1996, rebeldes tutsis apoiados por Ruanda assumem o controle do leste país. Mobutu, tradicional aliado dos hutus, busca angariar forças para repelir o assédio tutsi, sem sucesso. Com a saúde debilitada, Mobutu vê-se impelido a fugir do país, à medida que forças rebeldes comandadas por Laurent-Desiré Kabila dirigem-se em direção a Kinshasa. Seria o fim do regime ditatorial de Mobutu. O país passa a denominar-se República Democrática do Congo.

II Guerra do Congo e Ascensão de Joseph Kabila

Desconfianças entre Kabila e as lideranças tutsis, temidas por Kinshasa em razão de suas intrínsecas ligações com os vizinhos Ruanda e Uganda, fizeram ressurgir a tensão no leste do país. Tutsis apoiados por Ruanda criam então a Assembléia Congoleza pela Democracia (ACD), destinada a fazer frente ao Presidente Kabila. Ciosa da interferência ruandesa na RDC, Uganda incitará a criação do Movimento pela Liberação do Congo (MLC), liderado por Jean-Pierre Bemba. O conflito armado ultrapassa as fronteiras do país, envolvendo além dos vizinhos Uganda e Ruanda, tropas de Angola, Zimbábue e Namíbia. A II Guerra do Congo tornar-se-ia uma das maiores tragédias do século XX, tirando a vida de mais de 5 milhões de pessoas.

O cessar-fogo assinado em Lusaka, em 1999, resultou em acordo que propiciou a criação, no mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC). O envio da MONUC não bastou, todavia, para estabilizar a RDC, uma vez que o Acordo de Lusaka foi objeto de intermitentes violações.

Em 2001, o Presidente Laurent Kabila foi assassinado e sucedido pelo filho e então Comandante das Forças Armadas, Joseph Kabila. Teria início um Governo de transição, reconhecido pelo Acordo de Sun City (África do Sul), celebrado em 2002. Em fevereiro de 2006, é promulgada a nova Constituição do país, aprovada dois meses antes por referendo popular. No mês seguinte, promulga-se a lei eleitoral e aprova-se oficialmente o calendário das eleições pela Comissão Eleitoral Independente (CEI).

Em julho de 2006, a RDC realiza suas primeiras eleições presidenciais livres em mais de 40 anos como nação independente. Joseph Kabila vence o pleito em segundo turno, à frente de uma coalizão de partidos intitulada "Aliança pela Maioria Presidencial" (AMP), contra 42% dos votos registrados pelo MLC de Jean-Pierre Bemba, que ocupava na ocasião uma das quatro Vice-Presidências do Governo de transição. Com a derrota, o MLC mergulha em crise e Bemba decide confrontar abertamente o Presidente eleito, contestando os resultados oficiais das urnas e dando início, em seguida, a violentos enfrentamentos com as forças governamentais em Kinshasa.

Bemba não teria outra escolha a não ser recorrer ao exílio em Portugal para evitar a ordem de prisão decretada por Kabila. Em maio de 2008, Bemba é preso em Bruxelas e transferido para a Haia, onde aguarda até hoje sentença do Tribunal Penal Internacional (TPI), sob a acusação de crimes de guerra cometidos entre 2002 e 2003, quando teria prestado apoio a rebeldes em golpe de estado na vizinha República Centro-Africana.

Embora a guerra civil tenha terminado oficialmente em 2002, a insegurança persiste no Leste do país, principalmente nas províncias do Kivu Norte e Sul, cercadas pelos Grandes Lagos e vizinhas a Ruanda, Uganda, Burundi. Os principais atores envolvidos são o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), movimento rebelde de origem tutsi liderado pelo General congolês dissidente Laurent Nkunda, e as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR), facção controlada por tropas rebeldes hutus emigradas de Ruanda após o genocídio de 1994 contra a população tutsi.

Acrescente-se às tensões nos Grandes Lagos o terror provocado pelas milícias do "Exército de Resistência do Senhor" (LRA, acrônimo em inglês), lideradas pelo rebelde Joseph Kony, que vagueiam pelos territórios de Sudão, Uganda e RDC, saqueando vilas e perpetrando ataques à população civil.

Até fins de fevereiro de 2009, forças oficiais ruandesas realizaram sucessivas incursões em território congolês com o objetivo de combater integrantes das FDLR. Especula-se que Kinshasa teria consentido com as operações militares comandadas por Kigali em troca da captura do General Nkunda (CNDP), em janeiro de 2009.

A reaproximação entre os governos da RDC e Ruanda provocou uma reconfiguração de forças na política congoleza: em março de 2009, o Deputado Vital Kamerhe, contrário ao estreitamento das relações com Ruanda, demitiu-se do cargo de Presidente da Assembleia Nacional, pressionado pela coligação dos partidos da situação e ameaçado de moção de censura.

Outro desdobramento da reaproximação entre Kinshasa e Kigali foi a subscrição, também em março, de acordo de paz entre o Governo da RDC e os rebeldes tutsis do CNDP, intermediado pelo Presidente nigeriano Olusegun Obasanjo. O acordo estipulava, entre outras disposições, a futura transformação do CNDP em partido político e a integração de seus dirigentes na vida política congoleza; o retorno de pessoas deslocadas internamente e de refugiados ligados ao CNDP; a libertação de membros do movimento que ainda estiverem detidos; a promulgação de uma lei de anistia; e a integração dos ex-rebeldes nos quadros das forças armadas e policiais congolezas.

Em decorrência sobretudo da pressão exercida sobre o Governo Kabila por políticos descontentes com a aproximação com Kigali, as tropas de Ruanda deixaram o território da RDC em fevereiro de 2009. Entretanto, o “vácuo de poder” causado pela retirada ruandesa terminou por estimular a retomada de ações do FDLR tanto no Kivu do Norte quanto no Kivu do Sul.

Estabilização do País (MONUC e MONUSCO)

Em 2010, a RDC comemorou o cinquentenário de sua independência. O Governo Kabila aproveitou a oportunidade para promover uma campanha de exacerbado teor nacionalista junto à população, exaltando as realizações de seu governo com vistas às eleições gerais de 2011.

Nesse contexto, foi lançada a operação militar “Amani Leo” (“Paz Hoje”, em swahili), destinada a debelar os focos de tensão no Leste do país. Favorecida pelo suporte logístico da MONUC, a “Amani Leo” logrou tolher sensivelmente os ataques de grupos rebeldes em seus primeiros meses de atividades. Entretanto, o relativo sucesso da operação deu-se às custas de abusos contra os Direitos Humanos pelos próprios integrantes das Forças Armadas da RDC (FARDC), segundo relatos da população local, OnGs humanitárias e membros do próprio Departamento de Operação de Paz das Nações Unidas (DPKO).

O descontentamento com as críticas feitas pelas principais potências ocidentais ao seu Governo e a condução das operações das FARDC teria motivado

Kabila, segundo analistas, a buscar pôr a MONUC em descrédito frente à sociedade congoleza e exercer pressão nas Nações Unidas contra a renovação do mandato da Missão. Após intensas negociações entre o CSNU e a RDC, das quais o Brasil tomou parte ativamente, decidiu-se, em junho de 2010, pela reconfiguração da MONUC, de modo a abarcar as demandas do Governo da RDC e evitar novos conflitos em um país ainda instável. A MONUC então passou a chamar-se MONUSCO, dotada de um menor contingente e foco sobre o leste do país, que tem apresentado maior ocorrência de conflitos. Ademais da proteção a civis, que segue como prioridade da missão, a MONUSCO tem como foco atividades de estabilização e consolidação da paz, relacionadas basicamente à reforma dos setores de segurança e justiça, que não avançaram satisfatoriamente nos últimos anos.

As Eleições Gerais de 2011

Em agosto de 2010, a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) divulgou, após longo período de indecisões, o calendário para as eleições gerais. O documento foi alvo de duras críticas por parte de setores da oposição e da sociedade civil, que alegaram que as previsões determinadas pela CENI favoreciam o Governo Kabila. Não obstante, as eleições realizaram-se no período previsto, de 28 a 30 de novembro de 2011. Postulante à reeleição, o Presidente Kabila concorreu contra 10 outros candidatos, entre os quais o veterano Étienne Tshisekedi, principal figura da oposição, envolvido na política congoleza desde a independência do país e duas vezes Primeiro-Ministro. Tratou-se da segunda eleição no país após o fim da última guerra civil.

Em função da magnitude dos desafios logísticos (em particular o processo de cadastramento de eleitores e a distribuição tempestiva das cédulas eleitorais), permaneciam até a véspera do pleito dúvidas quanto à sua efetiva realização. Em 9 de dezembro de 2012, após sucessivos adiamentos, a CENI publicou o resultado da eleição presidencial. De acordo com os dados divulgados, reelegeu-se o Presidente Kabila, com 48,9% dos votos, seguido por Étienne Tshisekedi (32,3%), Vital Kamerhe (7,7%) e Nzanga Mobutu, filho do ex-ditador Mobutu (1,5%). A diferença de votos entre Kabila e Tshisekedi foi de cerca de três milhões.

Em entrevista concedida logo após o anúncio do resultado da eleição presidencial pela CENI, Étienne Tshisekedi rejeitou os resultados e se declarou Presidente eleito. No mesmo dia, ocorreram enfrentamentos violentos em diversos bairros de Kinshasa. As manifestações prosseguiram no dia seguinte. Houve registros de manifestantes mortos e acusações de arbitrariedades por parte da Polícia Nacional Congoleza. No entanto, após uma semana praticamente paralisada, a capital retornou à normalidade.

Parte das missões internacionais de observação eleitoral apontaram falhas na condução das eleições gerais na RDC. O Carter Center questionou a credibilidade dos resultados divulgados pela CENI e a MONUSCO manifestou apreensão quanto às alegações de irregularidades no processo de apuração dos votos levantadas pelas missões de observação eleitoral acreditadas no país. Os EUA e a missão de observação da UE apontaram a falta de transparência no processo eleitoral e as irregularidades na apuração dos votos, sem se pronunciar, contudo, em favor da anulação do pleito.

No entanto, países africanos, em particular a África do Sul, ressaltaram o contraste entre as avaliações dos EUA e das missões da UE e do Carter Center, de um lado, e de organismos regionais africanos (União Africana e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, especialmente), cujas missões emitiram declaração conjunta louvando os esforços empreendidos pela CENI na organização das eleições congoleesas.

As eleições legislativas (câmara baixa), realizadas junto com o pleito presidencial, resultaram em uma Assembleia Nacional extremamente fragmentada, composta por mais de cem partidos. Embora a MP ("Majorité Présidentielle"), coalizão que apoia o Presidente Joseph Kabila, tenha mantido seu predomínio na Assembleia, muitos de seus principais integrantes, como o PPRD, do próprio Kabila, e o tradicional PALU perderam espaço para partidos menores. O PPRD, apesar de continuar a deter o maior número de cadeiras na Assembleia, teve a sua bancada reduzida de 111 para 63 deputados. A bancada do PALU, apontado como o grande perdedor das eleições, passou de 32 para 17 deputados.

No campo da oposição, a principal mudança foi a volta da UDPS ("Union pour la Démocratie et le Progrès Social") à Assembleia Nacional. Partido de Étienne Tshisekedi, a UDPS havia boicotado as eleições legislativas de 2006, porém logrou eleger 41 deputados no último escrutínio, firmando-se como a maior bancada da oposição, seguida pelo MLC, partido do ex-Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba, com 19 deputados.

Em abril último, após cerca de três meses de difíceis negociações com os partidos integrantes da Assembleia, Joseph Kabila nomeou Augustin Matata Ponyo, ex-Ministro das Finanças, como Primeiro-Ministro. No início de maio, Matata Ponyo divulgou a composição do novo gabinete, reduzido de 48 para 38 Ministérios, com perfil mais técnico e praticamente sem integrantes da oposição.

Analistas locais apontaram a inexistência de políticos de relevo no novo governo. O Presidente Kabila teria optado, por um lado, em prosseguir com a formação de um gabinete com perfil mais técnico do que político, iniciada com a indicação de Matata Ponyo. Por outro lado, ao preterir membros da oposição e reduzir o número de cargos no gabinete, Kabila estaria, segundo os mesmos analistas dando demonstração de força aos que apostavam em uma presidência fraca após as diversas denúncias de fraude nas eleições de novembro de 2011.

Situação de Segurança – Desdobramentos Recentes

A situação de segurança deteriorou-se no leste da RDC, na província do Kivu do Norte, tradicional reduto do CNDP, após a deserção, no início de abril, do ex-General das FARDC, Bosco Ntaganda, acompanhado de contingente que chegou a cerca de 800 pessoas. Ntaganda era o vice-comandante da operação Amani Leo ("Paz Agora", em swahili), composta majoritariamente por ex-integrantes do CNDP. Apesar da existência de mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) expedido em 2006, Bosco vivia livremente em Goma, capital do Kivu do Norte, a alguns metros da fronteira com Ruanda. Sua integração ao exército congolês deu-se a partir do Acordo de Goma, assinado em 23 de março de 2009 entre o Governo da RDC e o CNDP, o qual previa a transformação do grupo armado em partido político e a integração de seus combatentes na polícia e nas FARDC.

Passado o período de relativa distensão no leste da RDC durante as eleições presidenciais de novembro de 2011, o Presidente Kabila iniciou série de medidas com o objetivo de enfraquecer a estrutura paralela de poder que o CNDP ainda vinha mantendo nos Kivus. Em fevereiro de 2012, Kabila suspendeu a operação "Amani Leo" e iniciou movimentação desses militares, particularmente daqueles leais a Bosco, para outras regiões do país.

Diversos integrantes do próprio CNDP, possivelmente motivados pelas lucrativas minas e rotas de evacuação de minérios sob o controle de Bosco, anunciaram a formação de nova facção denominada "Movimento 23 de março" (M23), em referência à data de assinatura, em 2009, do Acordo de Goma entre o CNDP e o Governo congolês. Com efetivos estimados entre 300 e 800 indivíduos, o M23 é relativamente pequeno quando comparado ao total de cerca 6.000 militares do CNDP integrados às FARDC em 2009.

Ciente das divergências internas entre Ntaganda e a cúpula do CNDP e na tentativa de melhorar sua imagem internacional após as denúncias de fraude nas últimas eleições, Kabila decidiu manifestar apoio à prisão de Bosco, que se dirigiu para a região de Masisi com seu contingente, o qual vem se reduzindo gradualmente com as ofensivas das FARDC e as constantes defecções em favor de tropas leais a Kinshasa. A cúpula do CNDP, por sua vez, busca desvincular a rebelião da imagem de Bosco e atribui-la ao descontentamento com as tentativas de Kinshasa em enfraquecer o CNDP nos Kivus.

Estima-se que a rebelião liderada por Ntaganda tenha resultado em cerca de seis mil novos refugiados em acampamentos ruandeses e levado ao surgimento de mais de vinte mil deslocados internos. Nesse contexto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu, em 3 de maio de 2012, declaração à imprensa na qual condena os ataques perpetrados pelo CNDP e, entre outras recomendações e encoraja os países a cooperarem para que os responsáveis por crimes de guerra sejam julgados, inclusive por meio de cooperação com o TPI.

Enquanto os confrontos entre as FARDC e os integrantes do Movimento M23 continuam ocorrendo, enfrentamentos entre elementos da FDLR e da milícia Raia Mutomboki ("povo revoltado", em swahili), tem provocado mortes e deslocamentos populacionais na região mais austral do Kivu do Norte e no vizinho Kivu do Sul. O reposicionamento de tropas das FARDC do Kivu do Sul em direção ao Kivu do Norte para apoiarem no esforço contra o M23 contribuiu para que os enfrentamentos entre a FDLR e o Raia Mutomboki aumentassem nos últimos meses.

O Raia Mutomboki distingui-se da maioria das outras milícias conhecidas como "Mai-Mai". As milícias "Mai-Mai" nasceram como grupos de autodefesa das comunidades locais, porém posteriormente desvirtuaram, em sua maioria, para o banditismo. São em geral centrados em sua região de origem e costumam levar o nome de seu líder. O Raia Mutomboki, contudo, não seguiria esse padrão, cobrindo uma área maior e sendo aparentemente composto por grupos que, apesar de não possuírem comando central, compartilhariam do mesmo nome. A união entre esses grupos estaria fundada no profundo sentimento anti-Ruanda e no antagonismo em relação ao FDLR, que consideram invasores. Os embates visam não apenas combatentes, mas também familiares, o que configuraria uma espiral de violência a agravar o já complicado quadro de violações de direitos humanos no país.

O último relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) sobre a situação na RDC e as atividades da MONUSCO, que cobre o período de 26 de janeiro a 10 de maio de 2012, manifesta preocupação com a situação de segurança no leste do país. O número de deslocados internos teria passado de 1,7 milhão em dezembro de 2011 para 2 milhões em março de 2012. Apenas o Kivu do Sul contaria com 865 mil deslocados internos. O número de refugiados congolese teria igualmente aumentado em decorrência da violência no leste da RDC: aproximadamente 5,5 mil novos refugiados congolese foram registrados em Uganda e 5,6 mil em Ruanda.

POLÍTICA EXTERNA

A RDC é um país de grande importância geopolítica, em função de seu tamanho e população, suas riquezas naturais (minérios, recursos hídricos, florestas) e sua posição estratégica no centro da África.

Entorno Regional

A política externa da RDC é vinculada de forma intrínseca à complexa instabilidade da política interna do país. A instabilidade interna causada pela presença de rebeldes ugandenses, burundineses e, sobretudo, ruandeses no leste do país tem levado o país a coordenar-se com os seus vizinhos na tentativa de debelar os insurgentes.

Embora a RDC e Uganda tenham-se esforçado para estabelecer uma agenda bilateral positiva, há ainda muitas divergências pendentes entre os dois países, com destaque para o diferendo sobre a exploração de hidrocarbonetos no Lago Albert e a presença de grupos rebeldes ugandenses nas províncias do Kivu do Norte e Oriente. Suspeita-se, ainda, do envolvimento de Uganda no contrabando de ouro e outros minerais explorados ilegalmente em território congolês.

Nos últimos anos, RDC e Ruanda buscaram aproximar-se e relançar as relações desgastadas devido aos recorrentes conflitos envolvendo hutus e tutsis ruandeses nas províncias do leste congolês. Em 2009, ambos os países reabriram suas respectivas embaixadas em Kigali e Kinshasa, desativadas desde agosto de 1998, e decidiram retomar as atividades da Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL). A reaproximação entre a RDC e Ruanda foi fundamental para o processo de integração às FARDC dos rebeldes ligados ao CNDP, de composição étnica tutsi, retribuído pelo compromisso da RDC com o combate à FDLR, milícia hutu acusada de tentar derrubar o regime de Kigali.

Em abril de 2012, no entanto, o relacionamento bilateral voltou a deteriorar-se após a deserção de Bosco Ntaganda, ex-líder do CNDP, das FARDC, acompanhado de cerca de 800 militares sob o seu comando. Após adotar tônica contemporizadora em relação às denúncias de que Ruanda estaria apoiando o M23, movimento rebelde liderado por Bosco Ntaganda, Kinshasa decidiu lançar ofensiva diplomática com vistas a obter apoio dos países vizinhos e dos membros do CSNU e tolher qualquer ação desestabilizadora provinda de Kigali. No início de junho de 2012, o Primeiro-Ministro Matata Ponyo visita a Goma, capital do Kivu do Norte, para avaliar a situação securitária no leste do país. Na ocasião, o porta-voz do governo da RDC e Ministro das Comunicações, Lambert Mende, declarou ter provas de que entre 200 a 300 integrantes do bando de Ntaganda haviam sido recrutados e treinados em Ruanda.

Na semana seguinte, o governo congolês enviou o Chanceler Raymond Tshibanda a Tanzânia, Burundi, Angola e Uganda. O objetivo do périplo seria

angariar apoio regional e, eventualmente, convocar reunião da CEPGL para tratar das denúncias contra Ruanda.

Kigali, de sua parte, vem negando veementemente as acusações de apoio a grupos insurgentes em território congolês. Em reação à ofensiva da RDC, a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, Louise Mishikiwabo, visitou Kinshasa em 19/6 para se encontrar com seu homólogo congolês. A Ministra também foi recebida pelo Presidente Joseph Kabila. Ao final da visita, os dois países expediram comunicado conjunto reafirmando o comprometimento com o entendimento mútuo e a paz na região. As boas relações entre Kinshasa e Kigali são elemento chave para a estabilização da RDC e a paz regional.

As relações com Angola, embora densas, são marcadas por tensões relativas à presença de refugiados angolanos e congoleses que deixaram seu países de origem para viver no país vizinho em razão dos conflitos civis que assolaram a região. Fruto do recrudescimento da repressão angolana sobre imigrantes congoleses, cerca de 170 mil nacionais da RDC foram expulsos de Angola entre 2007 e 2009. Em setembro de 2009, Kinshasa, em retaliação, expulsou cerca de 50 mil angolanos da RDC. Angola, em reação, chegou a suspender os vôos da TAAG para seu vizinho. O Brasil chegou a doar US\$ 100 mil e US\$ 50 mil a Angola e à RDC, respectivamente, com vistas a contribuir para mitigação dos efeitos da crise humanitária causada pelas expulsões.

As relações RDC-Angola têm sido também marcadas por tensões relativas à demarcação da fronteira marítima e terrestre entre os dois países. No que tange à questão marítima, assinala-se que a RDC tem solicitado a extensão de suas águas territoriais nos termos da Convenção de Montego Bay sobre Direito do Mar, o que poderá resultar na redefinição das fronteiras marítimas entre os dois países e ter consequências sobre a jurisdição da produção "offshore" do enclave angolano de Cabinda.

Nas relações bilaterais com a República do Congo (Brazzaville), destaca-se a questão do grande número de refugiados e imigrantes provenientes da RDC. Brazzaville acompanha com preocupação qualquer desdobramento que possa afetar a estabilidade em seu vizinho. O antigo projeto de uma ponte ligando as duas capitais, por exemplo, desejável do ponto de vista econômico, tem sido sucessivamente adiado por razões de segurança.

Países Desenvolvidos

O relacionamento com as grandes potências constitui a outra vertente da política externa da RDC, sobretudo em razão da necessidade de obter assistência financeira e humanitária, investimentos diretos que possam alavancar o seu crescimento econômico e mercado para suas exportações.

A **China** tem expandido rapidamente a sua atuação na RDC nos últimos anos. Cerca de metade das exportações congoleesas tem como destino a China, hoje o principal parceiro comercial da RDC. Cerca de 90% dos minérios extraídos das ricas jazidas da região de Katanga são destinados ao mercado chinês. Por outro lado, os chineses têm investido maciçamente em infraestrutura, em especial em facilidades ligadas à produção e escoamento dos minerais extraídos em território congolês, a exemplo de estradas, ferrovias e portos, seguindo o padrão de cooperação econômica adotado pela China nos demais países africanos. Registre-se que ambos os Governos mantêm discussões sobre uma possível cooperação militar, o que tem gerado desconfiança em meio aos países vizinhos.

Além da China, têm crescente presença na RDC empresas sul-africanas, coreanas e australianas com interesse nos recursos minerais do país, ademais de grupos industriais indianos, como a Tata, do setor automobilístico.

Embora tenham perdido espaço no país para a China nos últimos anos, os **EUA**, que foram um dos principais aliados de Mobutu, ainda mantêm forte presença na RDC. Muitas das mineradoras em atividade na RDC são estadunidenses, entre elas a Freeport McMoran, que opera a maior mina do país no depósito de cobre e cobalto chamado Tenke Fungurume, na província de Katanga, sul do país. Ademais, há um relevante contingente do AFRICOM em território congolês, que presta treinamento militar às FARDC. A cooperação militar entre os dois deverá ser reforçada com a decisão do governo estadunidense, tomada em outubro de 2011, de enviar um contingente adicional de 100 militares para auxiliar o governo congolês no combate ao "Exército de Resistência do Senhor" (LRA), milícia comandada pelo líder rebelde Joseph Kony.

Digno de nota foi o fato de o Presidente Barack Obama ter sancionado, em 2010, uma lei obrigando as empresas americanas a esclarecerem a origem dos minerais utilizados em produtos por elas comercializadas, de forma a contribuir ao combate ao tráfico ilícito dos "minerais de sangue" que sustentam os grupos armados atuantes na RDC, uma das principais causas da instabilidade no país.

Também com notável presença no setor de mineração congolês, o Canadá tem se indisposto com o Governo Kabila, em razão de contencioso jurídico sobre a exploração das minas de Loshi e Frontier, outrora concedidas à mineradora canadense KMT-First Quantum.

Embora sigam densas, as tradicionais relações com a **Bélgica e a França** vêm perdendo terreno para outros importantes atores internacionais, nomeadamente a China e os EUA. O relacionamento com os países europeus sofreu, ademais, grande desgaste devido às acusações de irregularidades nas eleições de novembro de 2011, para a qual haviam contribuído financeiramente.

Não obstante, Kinshasa sediará a XIV Cúpula da Francofonia, a ser realizada em outubro de 2012. A RDC, maior país francófono do mundo, tem conferido prioridade ao relacionamento com outros países de língua francesa, europeus e africanos.

Temas Multilaterais – MONUSCO e TPI

Tropas das Nações Unidas estão presentes ininterruptamente na RDC desde 1999, quando foi criada a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), com o objetivo inicial de garantir o cumprimento do acordo de cessar-fogo assinado em Lusaka, naquele mesmo ano, entre a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda, Zimbábue e os grupos rebeldes Movimento pela Libertação do Congo (MLC) e Agremiação Congoleza pela Democracia (RCD). Nos anos seguintes, a MONUC teve seus quadros gradualmente expandidos pelo Conselho de Segurança (CSNU). Paralelamente, seu mandato foi estendido para abarcar, entre outras atividades, a manutenção da segurança da população civil e do pessoal a serviço das Nações Unidas, a promoção do desarmamento, desmobilização e reintegração, bem como o auxílio à organização de eleições na RDC.

Em outubro de 2008, manifestantes descontentes com a suposta passividade dos “capacetes azuis” frente ao avanço de rebeldes na província de Kivu Norte, leste do país, atacaram com pedras escritórios da ONU em Goma, capital da província. Esse episódio conduziu à aprovação, pelo CSNU, da Resolução 1843, de que autorizou o desdobramento temporário de tropas adicionais para reforçar a capacidade da MONUC. Em fins de 2008, além de estender o mandato da MONUC, o CSNU solicitou que a missão abordasse prioritariamente a crise na região de Kivu, concentrando sua atuação progressivamente no leste do país. A partir de 2009, a MONUC passou a colaborar nas operações conjuntas entre Ruanda e RDC, desempenhando papel mais ativo na proteção de civis na região.

A Resolução 1925 (2010), por sua vez, determinou a criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO). A Resolução, além de autorizar a retirada imediata de 2 mil efetivos militares das áreas mais estáveis (províncias na região oeste e sul), incumbiu a Missão de mandato mais estrito, centrado na proteção de civis, no fortalecimento da autoridade do Estado e na reforma do setor de segurança. A MONUSCO é atualmente a segunda maior operação de manutenção da paz das Nações Unidas, com mais de 19.000 militares e policiais e cerca de 4.400 civis, e um orçamento de US\$ 1.489.390.500. O Brasil não participa da Missão, embora tenha participado ativamente das negociações que levaram à criação da MONUSCO.

Em junho de 2012, o CSNU adotou a Resolução 2053, que renova, até junho de 2013, o mandato da MONUSCO. Nos termos da Resolução 2053, a prioridade do mandato da MONUSCO continuará sendo a proteção de civis. A Missão teve seu papel reforçado no apoio à reforma do setor de segurança, em resposta aos recorrentes problemas na efetiva integração de ex-grupos rebeldes às FARDC. Prevê-se, igualmente, o apoio técnico e logístico da MONUSCO às eleições locais a serem realizadas em 2013.

Em março de 2012, o Tribunal Penal Internacional (TPI) julgou, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo” Thomas Lubanga Dyilo culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças menores de 15 anos, entre 2002 e 2003. A decisão foi saudada pela comunidade internacional como medida fundamental no combate à impunidade na RDC. Além de Lubanga, encontra-se em julgamento pelo TPI o ex-Vice Presidente da RDC Jean-Pierre Bemba (acusado de crimes cometidos na República Centro-Africana).

Há também um mandado de prisão contra Bosco Ntaganda, expedido em 2006, ao qual o promotor do TPI tem pedido que se dê cumprimento. Ntaganda, que fora chefe militar do Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), milícia armada da Província do Kivu do Norte, havia sido integrado às Forças Armadas da RDC (FARDC) como parte dos acordos para a desmobilização dos grupos armados após a guerra civil. No entanto, a decisão do Presidente Kabila de detê-lo e julgá-lo na própria RDC, após o pedido do TPI, levou à deserção de Bosco das FARDC em abril de 2012, junto com cerca de outros 800 militares fiéis ao CNDP, o que desencadeou a uma nova escalada de tensão. O CNDP teria assumido o controle da região de Masisi, naquela província.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo maior país africano em extensão territorial, atrás apenas da Argélia, a RDC é riquíssima em recursos naturais, especialmente em minérios de alto valor, como cobalto, cobre, ouro e diamante. O país conta com 50% de toda a extensão florestal da África e, pelo seu potencial hídrico, tem capacidade para tornar-se exportador líquido de energia elétrica para os países do continente.

A agricultura e o extrativismo vegetal ainda são, contudo, as principais atividades econômicas da RDC, responsáveis por 38% do PIB e fonte de emprego para cerca de 75% da população economicamente ativa. O setor de serviços responde por 28% do PIB congolês, seguido do setor industrial (incluído o setor de mineração), com 27%.

Anos de conflitos internos deterioraram gravemente a economia e os padrões de vida do país. Hoje, a RDC situa-se entre os países mais pobres do mundo, figurando na 187ª posição no ranking de IDH das Nações Unidas, a pior colocação. Com uma população estimada em cerca de 74,7 milhões, a RDC possui um PIB nominal de apenas US\$ 15,66 bilhões e renda per capita de US\$ 185. Além da instabilidade política, instituições pouco eficientes, elevadas taxas de impostos e a precária infraestrutura constituem sérios entraves ao desenvolvimento econômico. Tampouco contribui para a melhora desse quadro a exploração e o comércio ilegais de recursos naturais, particularmente na instável região leste do país.

Não obstante, a economia congoleza vem crescendo significativamente, a índices superiores a 6% nos últimos anos, com exceção de 2009, ano marcado pela crise financeira mundial. Os principais responsáveis pelas seguidas taxas de crescimento econômico tem sido a expansão da produção e exportação de minérios e o aumento da produtividade do setor agrícola.

A RDC tem-se comprometido com a implementação de amplo programa de reformas macroeconômicas recomendado pelo FMI, o que lhe tem garantido maior facilidade de acesso a créditos daquela instituição. Por ter seguido as diretrizes de política econômica recomendadas pelo FMI, o país logrou obter, em junho de 2011, o perdão de parte de sua dívida com o Clube de Paris, na condição de "país altamente endividado" ("Highly Indebt Poor Country" – HIPC). Segmentos do governo congolês tem manifestado ressalvas quanto à continuidade de políticas fiscais e monetárias restritivas, face às prementes necessidades de investimentos em infraestrutura e serviços básicos. A fim de cumprir as recomendações do FMI e, ao mesmo tempo, garantir os investimentos indispensáveis ao crescimento econômico sustentável e à melhoria dos padrões de vida da população, o governo congolês tem buscado aumentar suas receitas pelo corte de isenções tributárias, elevação de impostos sobre o setor minerador e a melhoria dos serviços aduaneiro e fiscal.

Por outro lado, as crescentes exportações de minérios vem sendo acompanhadas por massivos investimentos em infraestrutura, oriundos principalmente da China e Coréia do Sul. A RDC já tem acesso a linha de crédito multibilionária do "China's Export-Import (Exim) Bank" e assinou recentemente contrato no valor de 1 US\$ bilhão com empresas sul-coreanas para obras de saneamento básico e infraestrutura portuária. Vale ressaltar, contudo, que grande parte dos financiamentos e investimentos externos, em particular os provenientes da China, estão vinculados à ampliação da capacidade de extração mineral do país. Ademais, jazidas de minérios tem sido empenhadas pelo governo congolês como garantia aos investidores estrangeiros.

Em 2011, as exportações cresceram 31%, passando de US\$ 4,7 bilhões no ano anterior para US\$ 6 bilhões. As exportações de cobre dominaram a pauta de exportações, correspondendo a 31,5% do total. O seguido crescimento das exportações tem resultado, desde 2010, em superávit na balança comercial. Em 2011, a balança comercial da RDC registrou saldo positivo de US\$ 400 milhões.

Os principais destinos das exportações da RDC em 2011 foram a China (48,3%), Zâmbia (21,7%), EUA (9,4%) e Bélgica (5,4%). Por sua vez, os principais provedores da RDC foram África do Sul (21,4%), China (16,3%), Bélgica (8,5%) e Zâmbia (7,1%).

Comércio e Investimentos Bilaterais

O intercâmbio comercial entre Brasil e RDC cresceu significativamente a partir de 2006. Em 2007, o comércio entre os dois países atingiu valor recorde, de US\$ 209,89 milhões, dos quais US\$ 174,75 milhões corresponderam às importações provenientes da RDC. Nos três anos seguintes o intercâmbio comercial foi relativamente menor, em função da drástica queda das exportações congoleesas. Contudo, a recuperação das vendas congoleesas e o contínuo crescimento das exportações brasileiras para o país africano resultou em uma significativa corrente de comércio entre os dois países em 2011, de US\$ 188,54 milhões.

Segundo os dados de 2011, as exportações brasileiras para a RDC constituíram-se principalmente de açúcar (53,9% do total exportado), carnes (19,3%) e automóveis (6,9%). Por sua vez, as exportações da RDC ao Brasil constituíram-se basicamente de combustíveis (84,1% do total), seguidos de químicos inorgânicos (11,5%) e metais comuns (4,2%).

No que diz respeito a investimentos bilaterais, a VALE conta com subsidiária na RDC para atuar nos setores de cobre, níquel e ferro com sede em Lubumbashi, capital de Katanga, a principal área de mineração do país. As atividades da empresa ainda se encontram no nível da prospecção mineral de cobre.

A Petrobras, por sua vez, enviou missão de prospecção à RDC em outubro de 2011, com vistas a avaliar jazidas petrolíferas existentes no Centro-Norte do país, na região conhecida como “*Cuvette Centrale*” (bacia central do Congo, região de floresta equatorial com características similares à Amazônia brasileira), e no Lago Tanganika. Há grande interesse do governo congolês em estabelecer parceria com a Petrobras para a exploração da “*Cuvette Centrale*”.

ATOS BILATERAIS

Título	Data da celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	28/02/1973	19/06/1976	20/07/1976
Acordo de Cooperação Cultural	28/02/1973	19/06/1976	31/07/1976
Acordo Comercial	28/02/1973	19/06/1976	23/07/1976
Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos	28/02/1973	28/02/1973	28/03/1976

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1968: Brasil estabelece relações diplomáticas com a RDC.
Abr/1972: Brasil instala Embaixada em Kinshasa.
Nov/1972: Visita a RDC do Chanceler Mario Gibson Barboza.
Nov/1972: Assinatura da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural.
Fev/1973: Visita à Brasília do Chanceler Nguza Bond.
Fev/1973: Assinatura do Acordo Comercial.
Fev/1973: Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e Científica.
Fev/1973: Assinatura do Protocolo para o Estabelecimento de Serviços Aéreos.
1974: RDC instala Embaixada em Brasília.
1980: Realização da I Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Fev/1987: Missão de autoridades da RDC ao Brasil.
Fev/1987: Assinatura do Protocolo Complementar à Convenção Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural pertinente à Abertura e Exploração da Mina de Ouro D7 Katanga do "Office des Mines d'Or de Kilo-Moto".
1997: Brasil desativa sua Embaixada em Kinshasa.

2004: Brasil reabre sua Embaixada em Kinshasa.
2005: Visita ao Brasil do Vice-Presidente Jean-Pierre Bemba.
Dez/2005: Brasil envia missão de observadores ao referendo constitucional congolês.
Nov/2005: Visita à RDC do Sr. SGAP-II.
Abr/2006: Visita à Kinshasa de Juiz do TRE-MG a fim de ministrar curso sobre contenciosos eleitorais.
Jul/2006: Brasil envia observador às eleições gerais na RDC (Juiz do TRE-MG).
Out/2006: Tem início a missão do Exército Brasileiro junto à RDC, destinada a prover segurança à Embaixada brasileira.
Out/2006: Brasil doa 2950 urnas de lona ao governo da RDC.
Out/2006: Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Eleitoral Independente (CEI) por ocasião do 1º turno das eleições gerais brasileiras.
Mai/2007: Visita ao Brasil do Presidente da CEI.
Ago/2007: Visita à RDC do Coordenador do Escritório da EMBRAPA na África, Dr. Cláudio Bragantini, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área agrícola.
Set/2007: Missão à RDC de equipe da ABC, com o objetivo de prospectar possibilidades de cooperação técnica bilateral.
Jul/2008: Missão ao Brasil de três técnicos congolese da área de saúde, com o objetivo de receber treinamento na área de vigilância epidemiológica em malária.
Mai/2009: Visita à RDC do Ministro da Defesa, Nelson Jobim.
Mai/2009: Visita ao Brasil do Ministro das Minas da RDC, Victor Kasongo.
Nov/2009: Técnica da ABC realiza visita à Kinshasa a fim de discutir retomada da cooperação técnica com a RDC.
Jun/2010: Nova missão da ABC à RDC, em que há o compromisso de integrar técnicos congolese da área de saúde nas atividades referentes ao “Projeto de Combate à Doença Falciforme”.
Set/2010: Ministro Celso Amorim mantém encontro com Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDC, Alexis Mwamba, à margem da 65ª abertura da AGNU.
Out/2010: Governo brasileiro decide alocar US\$ 1 milhão, por meio do Escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, para o apoio de atividades relacionadas ao reforço dos mecanismos de reparação e de acesso à justiça para as vítimas de violência sexual na RDC.
Nov/2010: Visita do Ministro Celso Amorim a Kinshasa.
Ago/2011: Realização da III Sessão da Comissão Mista Brasil-RDC, em Brasília.

Cronologia Histórica

Jun/1960: RDC torna-se independente do Reino da Bélgica, adotando o nome oficial de República do Congo.
Jul/1960: Bélgica envia tropas a sua ex-colônia com o objetivo de proteger seus cidadãos e os interesses das companhias mineradoras. CSNU aprova envio de tropas ao país no mesmo mês.
1961: Assassinato de Patrice Lumumba.
1965: Mobutu depõe o Presidente Joseph Kasavubu e instala-se no poder.
1971: Congo passa a denominar-se Zaire. Inicia-se a Era Mobutu, marcada pela corrupção.
1990: Mobutu compromete-se com reformas políticas e anuncia o fim do regime de partido único.
1994 - Mobutu concorda com a nomeação de Kengo Wa Dondo, um defensor da austeridade e reformas de livre mercado, como Primeiro-Ministro.
1996: Tensões provenientes dos vizinhos Ruanda e Uganda disseminam-se pelo leste do país.
Mai/1997: Mobutu é impelido a deixar o país enquanto tropas rebeldes assumem o controle de Kinshasa. Laurent-Desiré Kabila torna-se o novo Presidente da nação, agora chamada República Democrática do Congo.
1998: Tem início a II Guerra do Congo.
1999: Assinado o Acordo de Lusaka, que prevê o cessar-fogo entre os seis países beligerantes na guerra.
2000: Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo inicia suas operações no país.
2001: Assassinato de Laurent Kabila. Seu filho, Joseph Kabila, então Comandante das Forças Armadas, assume a presidência.
2002: Presidentes da República Democrática do Congo e Ruanda assinam um acordo de paz em que Ruanda deve retirar tropas do leste do Congo e a RDC desarmar e prender militantes hutus ruandeses acusados de assassinato da minoria tutsi no genocídio de Ruanda de 1994.
2003: Presidente Kabila assina uma constituição de transição, em que um governo interino governaria até as eleições. No mesmo ano é inaugurado um parlamento interino.
2005: Nova Constituição, com texto aprovado pelos ex-beligerantes, é aprovado pelo Parlamento. Os eleitores apóiam a Constituição, abrindo, assim, caminho para eleições em 2006.
2006: Thomas Lubanga se torna o primeiro suspeito de crimes de guerra a enfrentar as acusações no TPI, em Haia. Ele é acusado de forçar crianças a combater.
Jul/2006: Eleições parlamentares e presidenciais são realizadas - as primeiras eleições livres em quatro décadas. Joseph Kabila é proclamado vencedor em segundo turno das eleições presidenciais. O pleito conta com a aprovação dos observadores internacionais.

2007: RDC, Ruanda e Burundi relançam o bloco regional “Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos”, conhecido pela sua sigla CEPGL.
2008: Fortes confrontos irrompem novamente no leste do país entre as tropas do Exército e combatentes leais ao líder rebelde Laurent Nkunda, resultando em nova onda de refugiados.
2008: Uganda, o Governo do Sul do Sudão e RDC lançam ataque conjunto sobre as bases ugandenses do Exército de Resistência do Senhor, no nordeste da RDC. Centenas de civis são mortos em ataques.
2009: TPI indicia o ex-vice-presidente Jean-Pierre Bemba por acusações de crimes de guerra durante as ações de suas tropas, na RCA, entre 2002 e 2003.
2010: Governo pressiona as forças de paz das Nações Unidas para sair antes das eleições de 2011.
Mai/2010: Resolução 1925 (2010), do CSNU, renova o mandato da MONUC até 30/06/2010 e determina a subsequente criação, a partir de 1º de julho de 2010, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), com mandato de 12 meses.
Jun/2010: Comemorações marcam os 50 anos de independência.
Out/2010: a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulga relatório, o qual relata 617 casos de graves violações a direitos humanos cometidas na RDC entre 1993 e 2003, envolvendo grupos armados congolese e estrangeiros que atuaram no país.
Nov/2011: Realizam-se eleições gerais na RDC. Joseph Kabila reelege-se Presidente no primeiro-turno para mais um mandato de cinco anos, com 48,9% dos votos. O processo eleitoral é criticado por grande parte da comunidade internacional.
Dez/2011: Oposicionistas ligados à UDPS, de Étienne Tshisekedi, protestam nas ruas de Kinshasa. Tshisekedi chega a se autoproclamar Presidente eleito. As manifestações são rapidamente sufocadas pelas forças policiais congolese.
Mar/2012: O Tribunal Penal Internacional julga, por unanimidade, o ex-comandante da “Force Patriotique pour la Libération du Congo”, Thomas Lubanga Dyilo, culpado de crimes de guerra e recrutamento militar de crianças menores de 15 anos, entre 2002 e 2003.
Abr/2012: Após longas negociações com os partidos integrantes da base governista, Joseph Kabila designa Augustin Matata Ponyo para o cargo de Primeiro-Ministro.
Abr/2012: Bosco Ntaganda, um dos líderes do CNDP, deserta das FARDC acompanhado de cerca de 800 seguidores e funda o movimento rebelde M23. A situação de segurança deteriora-se nas províncias do Kivu do Norte e Kivu do Sul.
Jun/2012: O Conselho de Segurança das Nações Unidas adota a Resolução 2053, que renova, até junho de 2013, o mandato da MONUSCO. A prioridade do mandato continua sendo a proteção de civis.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS (2011)

PIB Nominal	US\$ 15,3 bilhões
Crescimento real do PIB	6,5%
PIB Nominal "per capita"	US\$ 220
PIB PPP	US\$ 25,2 bilhões.
PIB PPP "per capita"	US\$ 300
Inflação	15,5%
Reservas internacionais	US\$ 726 milhões
Dívida externa	US\$ 14,8 bilhões
Câmbio (FC / US\$)	899

Com PIB Nominal de aproximadamente US\$ 15 bilhões e crescimento de 6,5% em 2011, a RDC posicionou-se como a 113ª economia mundial. O setor agrícola é o principal ramo de atividade e respondeu por 38% do PIB, seguido de serviços com 35% e industrial com 27%. Dispõe dos seguintes recursos naturais: cobre, cobalto, nióbio, tântalo, petróleo, gemas, ouro, prata, zinco, manganês, estanho, urânio, carvão, energia elétrica e madeira.

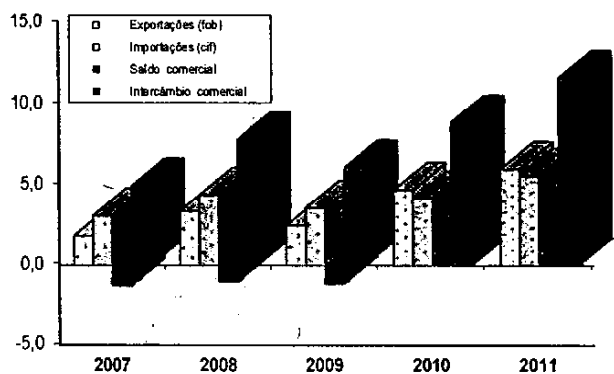
For more information, please contact the author at maria.vassilakou@univie.ac.at. The Editor-in-Chief, *Journal of Country Studies*, is johnson@jcs.sagepub.com.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMÉRCIO EXTERIOR

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	1,9	3,4	2,5	4,7	6,0
Importações (cif)	3,1	4,4	3,6	4,2	5,6
Saldo comercial-	-1,3	1,0	-1,1	0,5	0,4
Intercâmbio comercial	5,0	7,8	6,1	8,9	11,6

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 278: 1019-1024.

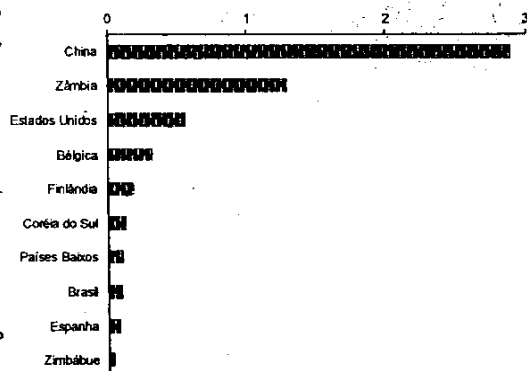


O comércio exterior da RDC apresentou, em 2011, variação de 134% em relação a 2007, passando de US\$ 5 bilhões para US\$ 12 bilhões. No ranking do FMI de 2011, a RDC figurou como o 113º mercado mundial, sendo 102º na exportação e 124º na importação. O saldo da balança comercial apresentou-se desfavorável ao país nos três primeiros anos do período em análise, seguindo superávit em 2010 e 2011.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
China	2,20	46,8%	2,90	48,3%
Zâmbia	1,10	23,4%	1,30	21,7%
Estados Unidos	0,50	10,6%	0,57	9,4%
Bélgica	0,20	4,3%	0,32	5,4%
Finlândia	0,12	2,5%	0,20	3,3%
Coréia do Sul	0,09	1,9%	0,14	2,3%
Países Baixos	0,05	1,1%	0,12	2,0%
Brasil	0,13	2,8%	0,11	1,8%
Espanha	0,00	0,0%	0,09	1,5%
Zimbábue	0,05	1,0%	0,05	0,9%
Subtotal	4,44	94,4%	5,79	96,5%
Outros países	0,26	5,6%	0,21	3,5%
Total	4,70	100,0%	6,00	100,0%



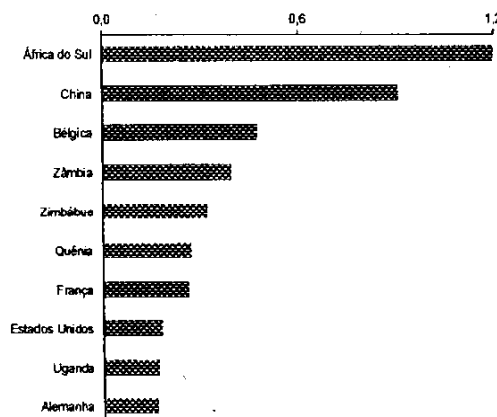
Elaborado pelo INE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial e Estatística e o INE/DIC - Direction of Trade Statistics, June 2012

As exportações do país são destinadas em grande parte aos países emergentes e em desenvolvimento, que responderam por 74% do total de 2011. A China é a principal vendedora ao país, representando quase a metade das compras da RDC. Em 2011, respondeu por 48% do total, seguida da Zâmbia (22%); Estados Unidos (9%); Bélgica (5%); e Finlândia (3%). O Brasil obteve o 8º lugar entre os principais compradores em 2011, participando com 1,8% da demanda da RDC.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
África do Sul	0,80	19,0%	1,20	21,4%
China	0,52	12,4%	0,91	16,3%
Bélgica	0,39	9,3%	0,48	8,5%
Zâmbia	0,37	8,7%	0,40	7,1%
Zimbábue	0,29	6,8%	0,32	5,8%
Quênia	0,24	5,8%	0,27	4,8%
França	0,24	5,8%	0,26	4,7%
Estados Unidos	0,10	2,5%	0,18	3,3%
Uganda	0,15	3,6%	0,17	3,1%
Alemanha	0,13	3,2%	0,17	3,0%
...				
Brasil	0,06	1,3%	0,09	1,6%
Subtotal	3,29	78,4%	4,45	79,5%
Outros países	0,91	21,6%	1,15	20,5%
Total	4,20	100,0%	5,60	100,0%



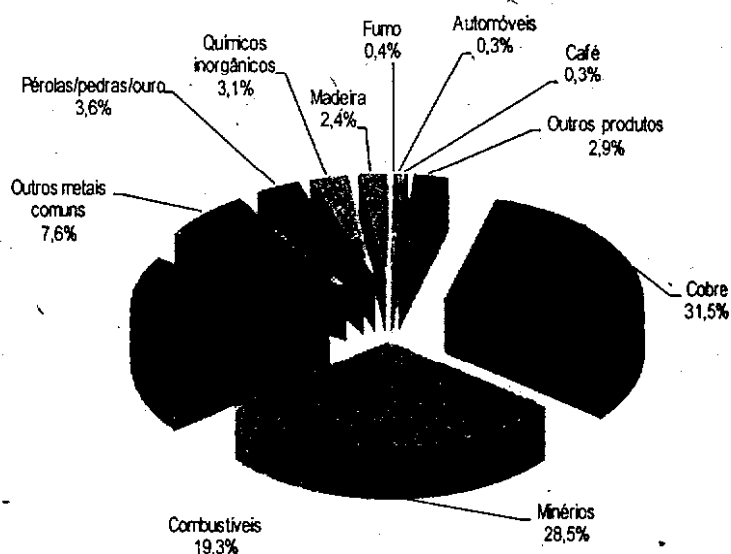
Elaborado pelo INE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial e Estatística e o INE/DIC - Direction of Trade Statistics, June 2012

Quase metade das importações da RDC são originárias dos vizinhos do continente. Em 2011, 47% das compras da RDC foram originárias da África e 25% da União Europeia. Individualmente a África do Sul foi o principal comprador dos produtos da RDC, com 21% do total em 2011. Seguiram-se: China (16%); Bélgica (9%); Zâmbia (7%); e Zimbábue (6%). O Brasil obteve o 14º lugar entre os principais exportadores para o país, com 1,6% do total.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011⁽¹⁾ - Em %

DESCRIÇÃO	% no total
Cobre	31,5%
Minérios	28,5%
Combustíveis	19,3%
Outros metais comuns	7,6%
Pérolas/pedras/ouro	3,6%
Químicos inorgânicos	3,1%
Madeira	2,4%
Fumo	0,4%
Automóveis	0,3%
Café	0,3%
Outros produtos	2,9%
Subtotal	97,1%
Outros produtos	2,9%
Total	100,0%



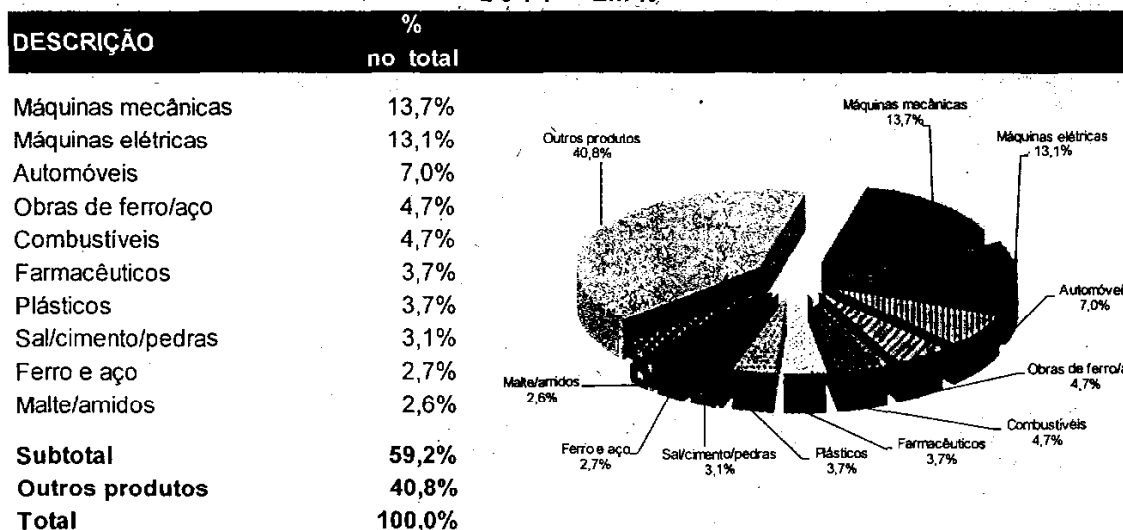
Elaborado pelo MRE/DFP/DIC - Divisão de Intendência Comercial, com base nos dados da UNCTAD/ITC Trade Map.

(1) A República Democrática do Congo não informou suas estatísticas UNCTAD/ITC Trade Map. Portanto, as estatísticas são baseadas em informações das empresas e em dados de outras fontes.

A pauta de exportações da República Democrática do Congo é bastante concentrada. Cobre (cobre refinado e ligas de cobre, em formas brutas; cobre não refinado; ânodos de cobre para refinação eletrolítica; etc), minérios (minérios de cobre e seus concentrados; minérios de cobalto e seus concentrados; etc) e combustíveis (óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos; óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; etc) somaram 79% do total exportado em 2011. Seguiram-se outros metais comuns (8%); pérolas/pedras/ouro (4%); e químicos inorgânicos (3%).

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011⁽¹⁾ - Em %



Elaborado pelo VREPP/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial - com dados em milhões de US\$ FOB, A granel

(1) A República Democrática do Congo não disponibiliza estatísticas de importações e exportações. Os estatísticos são baseados em informações da população e da indústria.

Máquinas, automóveis, obras de ferro ou aço e combustíveis foram os principais grupos de produtos importados pela República Democrática do Congo. Em 2011 esses itens somaram 43% do total, seguidos de farmacêuticos (4%); plásticos (4%); sal/cimento/pedra (3%); ferro e aço (3%); e malte/amidos (3%).

BRASIL-RDCONGO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-mai)	2012 (jan-mai)
Exportações brasileiras	35,1	53,4	53,8	50,8	81,5	25,9	16,0
Varição em relação ao ano anterior	89,7%	52,1%	0,7%	-5,5%	60,3%	111,1%	-38,2%
Importações brasileiras	174,8	3,8	4,8	13,3	107,1	95,8	5,8
Varição em relação ao ano anterior	32,0%	-97,8%	24,4%	178,5%	704,0%	1587,6%	-94,0%
Intercâmbio Comercial	209,9	57,3	58,6	64,1	188,5	121,7	21,8
Varição em relação ao ano anterior	39,0%	-72,7%	2,2%	9,5%	194,0%	578,3%	-82,1%
Saldo Comercial	-139,6	49,6	49,0	37,5	-25,6	-69,9	10,2

Elaborado pelo VREPP/DIC - Divisão de Intercâmbio Comercial - com dados em milhões de US\$ FOB, A granel

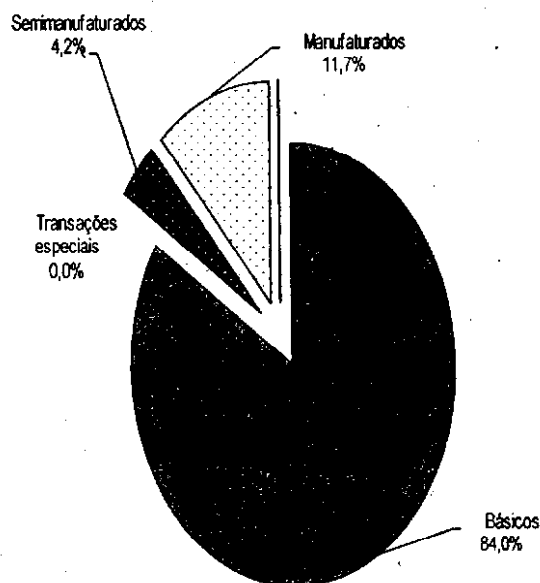
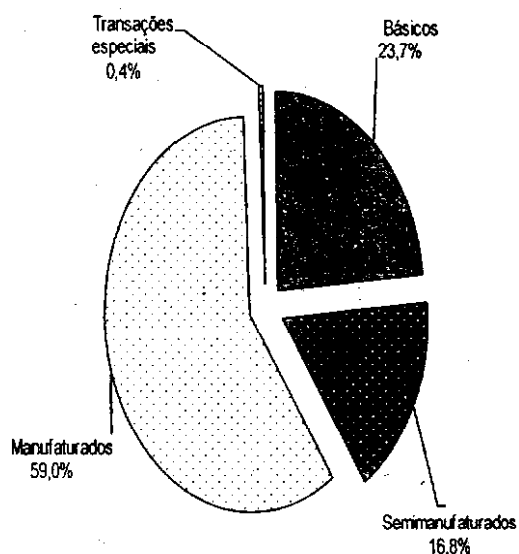
No ranking do comércio exterior brasileiro a República Democrática do Congo figurou como o 95º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou declínio de cerca de 10%, devido, sobretudo, ao decréscimo apresentado nas importações brasileiras originárias daquele país, de 39%, no período analisado. Contudo as vendas brasileiras apresentaram forte incremento de 132%, para o mesmo período. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 210 milhões em 2007, para US\$ 189 milhões em 2011. O saldo da balança comercial registrou déficit de US\$ 26 milhões em 2011.

BRASIL-RDCONGO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	19,3	23,7%	90,0	84,1%
Semimanufaturados	13,7	16,8%	4,5	4,2%
Manufaturados	48,1	59,0%	12,6	11,8%
Transações especiais	0,4	0,4%	0,0	0,0%
Total	81,5	100,0%	107,1	100,0%

Elaboração pelo MTEC/PR-DIC, sobre as informações da Companhia Comércio e Indústria em dados do IBCO

As exportações brasileiras para a República Democrática do Congo são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 59% das vendas em 2011, com destaque para outros açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura em estado sólido e carnes congeladas de galos/perus. Em seguida posicionaram-se os básicos, com 24%, com destaque para açúcar de cana em bruto e os semimanufaturados com 17%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representaram 84% da pauta, com destaque para óleos brutos de petróleo, seguido de manufaturados, com 12% e semimanufaturados, representando 4% do total em 2011.



BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para a RD Congo. 2011
			Valor	% no total	
Açúcar	27,8	22,9	43,9	53,9%	
Carnes	14,7	11,1	15,7	19,3%	
Automóveis	2,9	4,9	5,6	6,9%	
Preparações de carne	1,6	3,0	4,5	5,5%	
Ferramentas	1,1	1,5	1,9	2,3%	
Animais vivos	0,0	0,0	1,9	2,3%	
Máquinas mecânicas	0,2	0,9	1,8	2,2%	
Preparações de cereais	0,3	0,6	1,3	1,6%	
Cacau	0,2	0,6	1,1	1,4%	
Papel	0,1	0,5	0,8	0,9%	
Subtotal	48,9	46,0	78,5	96,3%	
Outros produtos	4,9	4,8	3,0	3,7%	
Total	53,8	50,8	81,5	100,0%	

Os bens manufaturados predominaram na pauta de exportações brasileiras para a República Democrática do Congo. Açúcar (outros açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura em estado sólido) e carnes (carne congelada de galos/perus), somaram participação de 51% no total de 2011. Seguiram-se os automóveis (7%); preparações de carne (6%); e ferramentas (2%).

BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias da RD Congo. 2011
			Valor	% no total	
Combustíveis	0,0	0,0	90,0	84,1%	
Químicos inorgânicos	4,7	7,9	12,3	11,5%	
Outros metais comuns	0,0	1,6	4,5	4,2%	
Cobre	0,0	3,6	0,0	0,0%	
Subtotal	4,7	13,1	106,9	99,8%	
Outros produtos	0,1	0,2	0,2	0,2%	
Total	4,8	13,3	107,1	100,0%	

A pauta das importações brasileiras originárias da República Democrática do Congo apresentou alto grau de concentração. Combustíveis (óleos brutos de petróleo), foram os principais produtos congolezes importados pelo Brasil e somaram 84% do total em 2011. Químicos inorgânicos (outros óxidos e hidróxidos de cobalto, inclusive os comerciais e sulfato de níquel) representaram 12% do total e outros metais comuns (cobalto em formas brutas) foram responsáveis por 4% do total.

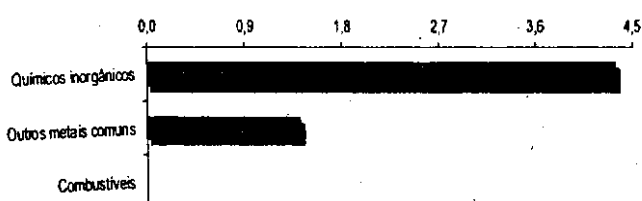
BRASIL-RDCONGO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011	2012(jan-mai)		Exportações bras. para a RD Congo. 2012 (jan-mai)
	(jan-mai)	Valor	% no total	
Exportações				
Carnes	4,3	6,2	38,8%	
Açúcar	12,7	2,9	18,2%	
Preparações de carne	0,8	2,4	15,3%	
Ferramentas	0,7	1,1	7,2%	
Leite/ovos/mel	0,3	0,9	5,6%	
Preparações de cereais	0,5	0,6	3,7%	
Máquinas mecânicas	1,1	0,4	2,3%	
Automóveis	2,8	0,4	2,3%	
Papel	0,2	0,3	1,9%	
Plásticos	0,0	0,1	0,9%	
Subtotal	23,4	15,4	96,1%	
Outros produtos	2,5	0,6	3,9%	
Total	25,9	16,0	100,0%	

Importações			
Químicos inorgânicos	3,5	4,3	75,4%
Outros metais comuns	2,2	1,4	24,6%
Combustíveis	90,0	0,0	0,0%
Subtotal	95,8	5,8	100,0%
Outros produtos	0,0	0,0	0,0%
Total	95,8	5,8	100,0%

Importações bras. originárias da RD Congo, 2012 (jan-mai)



Elaboração: a VITOP/REDCO - Comissão Intergovernamental de Comércio, a partir de dados do MD, C. SECRETARIA de EX

Aviso nº 717 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.


A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.